

Reunião, no Norte, dos Bibliotecários e Arquivistas portugueses

Dois, quanto a nós, os principais resultados da reunião dos bibliotecários e arquivistas no Porto e em Braga nos passados dias 6 e 7 de Fevereiro: 1.º) a oportunidade de uma valorização cultural e profissional com as visitas guiadas pelos Drs. António Cruz, António Magalhães e Egídio Guimarães, respectivamente à Biblioteca Municipal do Porto e à Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga; 2.º) a possibilidade de um encontro entre velhos amigos e, para muitos até, a primeira de um contacto pessoal com colegas de quem conheciam apenas o nome.

Na primeira daquelas bibliotecas, a palavra fluente do seu director, Dr. António Cruz, servida pelos seus vastos conhecimentos culturais e técnicos, e a explicação de certos pormenores pelos outros colegas que ali trabalham, foram-nos dando a ideia do seu magnífico recheio e pondo a par de toda uma organização inteligentemente estruturada para servir o leitor durante largo período do dia — das 8^h às 22^h —, organização essa que não esquece, antes foi sua primeira preocupação, a melhoria das condições de trabalho e do bem-estar do pessoal que a serve.

Na segunda, foi também o director da Biblioteca Pública e Arquivo, Dr. Egídio Guimarães, conhecedor profundo das preciosidades ali guardadas, que nos proporcionou o desfile pelas antigas e artísticas salas que religiosamente guardam muitos dos mais antigos e valiosos documentos de Portugal, com especial menção para o cartório do cabido, o mais antigo e importante de todos os cartórios eclesiásticos portugueses.

Na sessão de trabalhos, realizada na Sala de Conferências da Biblioteca Municipal do Porto, após a visita de que já falámos, foram abordados problemas de interesse para a classe.

A mesa presidida pelo Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos, Dr. Luís da Silveira, era constituída pelos Drs. P.º Avelino de Jesus da Costa, director do Curso de Bibliotecário-Arquivista, Mariana Machado Santos, directora da Biblioteca da Ajuda, António Cruz, director da Biblioteca Municipal do Porto, e Alberto Iria, director do Arquivo Histórico Ultramarino. Grande parte da Sessão foi dedicada a um esclarecimento directo do que iria ser o «I Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses», a realizar em Coimbra em Abril próximo. Aí pôs o Dr. Jorge Peixoto, Secretário Geral do Encontro, todo o seu entusiasmo em expor aos colegas presentes o interesse de tal empreendimento, os mais pequenos pormenores da sua organização, a maneira como estava gizado o seu funcionamento, procurando fazer sentir a cada um a responsabilidade de uma presença e participação activa na primeira oportunidade dada aos bibliotecários e arquivistas portugueses de se afirmarem publicamente, desmentindo assim tantas opiniões injustas que por vezes se formam a seu respeito.

Puseram-se ainda outros problemas, como: — a necessidade que ultimamente se vem sentindo mais agudamente de uma colaboração efectiva nos «Cadernos» que, se desde o princípio têm procurado «servir a todos», só cumprirão integralmente a sua missão se igualmente, também, forem «servidos por todos»; — a esperança de que até nós comecem a chegar sugestões e críticas construtivas ao anteprojecto, já a todos enviado, duma possível «Associação dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses», para que, ao seguir para a frente, o projecto leve uma pequena contribuição de todos nós; — a participação e posição do bibliotecário-arquivista dentro da Comissão de Normalização, etc.

E cremos que a sessão se prolongaria com o mesmo interesse ainda por largo tempo se o adiantado da hora o permitisse.

Esperava-nos agora, numa das casas típicas da cidade, um jantar regional, que os bibliotecários do Porto quizeram ter a gentileza de oferecer aos colegas presentes e que foi mais uma ótima ocasião para se estreitarem conhecimentos, e se cimentarem amizades. O Norte, o Centro e o Sul do País foram unânimes em testemunhar ao Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos, ali presente, a satisfação e o incentivo que era para todos, ver nesta reunião de trabalho e confraternização não só o colega, mas também a pessoa que, pelos seus méritos pessoais e pela posição hierárquica entre os bibliotecários e arquivistas portugueses, representa o expoente máximo da classe. O Dr. Luís Silveira deu a todos também o testemunho do seu regosijo por ter tido agora, infelizmente só ao fim de trinta anos, a oportunidade de conhecer e contactar com colegas, contacto esse que com certeza seria proveitoso para todos, afirmando ainda a esperança — mais: a certeza — de que «de ora em diante não mais caminharíamos de costas voltadas».

No domingo, Braga recebia-nos também com a já tradicional hospitalidade nortenha. Foram testemunho disso a recepção na Câmara, o almoço regional e o passeio turístico pelos arredores, que a edilidade bracarense quis oferecer aos participantes, além da visita à Biblioteca e Arquivo de que já tivemos oportunidade de falar.

A reunião do Norte estava terminada. Mas dali regressávamos com a certeza de que todos os esforços e canseiras dispendidos (melhor que nós o pode dizer o colega António Portocarrero — alma desta reunião) não tinham sido em vão. Tudo valera a pena. A testemunhá-lo estava a alegria e o entusiasmo que sentíamos nos nossos colegas e que tão bem expressos foram na saudação que o Dr. Egidio Guimarães dirigiu aos presentes e da qual não resistimos a transcrever algumas passagens:

«... são estas as palavras de saudação de um colega que, vivendo isolado no Norte do país, só hoje, pela primeira vez, tem o ensejo de ver reunidos os da sua classe e de os conhecer em grande número. Este isolamento em que tem vivido não foi voluntário. Resultou da circunstância de, até agora, os bibliotecários-arquivistas se haverem isolado, mercê de circunstâncias que não vem ao caso lembrar, e que, felizmente, estão em vias de desaparecer graças a um conjunto de boas vontades e da alta compreensão tanto da parte cimeira da hierarquia destes Serviços, como da orientação — eu ia a dizer entusiasmo — que se nota nos trabalhos do curso de bibliotecários-arquivistas de Coimbra, curso que está a tornar-se em verdadeira escola deste ramo de conhecimentos.»

E mais adiante:

«Os ares toldados de que vínhamos padecendo estão, na verdade, a mudar. Os prenúncios são bem claros. O aparecimento de «Cadernos», o próximo I Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas, em Coimbra, o projecto de uma Associação para a nossa classe e, até, esta jornada aqui no Norte, que tão proficientemente acaba de servir de preliminar daquele I Encontro, dão bem testemunho de que algo de novo se está processando em nosso favor.»

Sim. Qualquer força se move, qualquer coisa nos arrasta para horizontes mais largos. Atingi-los-emos?

A resposta depende de todos nós.

ROSA MARIA DA MOUTA DIAS

Ao serviço da cultura

Sob o título acima publicou o *Diário do Norte*, em 4 de Fevereiro passado, o editorial que a seguir transcrevemos e cujos termos deverão ser meditados e difundidos para esclarecimento de todos quantos ignoram, ainda hoje, qual o papel desempenhado pelos bibliotecários na salvaguarda e progresso da cultura nacional:

«Para bem exercer a função de bibliotecário ou arquivista, como aquela outra de documentalista, que lhe é afim, não basta vocação, nem tão pouco a preparação, sempre deficiente, que é possível conseguir através do autodidactismo. Daí a necessidade de cursos de especialização — e dispõe o nosso País de um, que está integrado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e só pode ser frequentado por indivíduos com o grau de licenciados obtido em qualquer das nossas escolas superiores.

Tratando-se de um curso que corresponde a uma pós-graduação, logo de facto se deduz e conclui que a função de bibliotecário e arquivista, como a de documentalista, é das mais exigentes, no particular da preparação técnica. Atende-se, para o efeito, a uma decidida vocação. Todavia, e para além dela, requiere-se, completando-a e valorizando-a, todo o conhecimento exigido pela verdadeira função, em nossos dias, de uma biblioteca, de um arquivo ou de um centro de documentação.

Isto corresponde a dizer, por algum modo, que o quadro do pessoal superior daquelas instituições de cultura não integra indivíduos que escolheram apenas uma profissão: ele é constituído, na verdade, por verdadeiros técnicos que se sentiram atraídos por uma carreira. Estão ali ao serviço dos interesses colectivos, do bem comum. Tal como o técnico do gabinete ou do laboratório. Inteiramente dedicados à pesquisa, à informação pronta, à tarefa de preparar outras pesquisas, de toda a vez que as facilitam.

Tem de ser devidamente apreciado — e respeitado — como tal, o bibliotecário, o arquivista ou o documentalista. Não mais deve ser olhado como simples curioso a quem é confiada a guarda e defesa de livros impressos ou documentos manuscritos. Deve, sim, merecer o respeito que se deve a todo o técnico.

É no propósito de reivindicarem os direitos inerentes à sua carreira, e bem

assim para debaterem problemas técnicos com ela relacionados, que os bibliotecários, os arquivistas e os documentalistas portugueses têm promovido reuniões de estudo e confraternização, desde Setembro de 1963. E por iniciativa da própria Faculdade de Letras de Coimbra, vai realizar-se ali, de 1 a 3 de Abril próximo, o seu primeiro Encontro — ao nível de reunião nacional destinada ao debate de questões que interessam sobremaneira à nossa cultura.

Antes, porém, os bibliotecários, arquivistas e documentalistas promovem ainda uma nova reunião preparatória, coincidindo com visitas de estudo. E essa realizar-se-á, sábado e domingo próximos, no Porto e em Braga. Os principais centros culturais do País, os seus mais ricos arquivos e bibliotecas ficarão, assim, no directo conhecimento dos técnicos respectivos.

Para além dos altos serviços que esses técnicos prestam, e por força deles, há um aceno de simpatia que lhes é devido — e o reconhecimento, que se impõe, de que os bibliotecários, arquivistas e documentalistas têm direito a uma situação bem de acordo com a sua preparação e aqueles mesmos serviços. Quem lha negará?»

O I Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses

No momento em que redigimos estas linhas, o número de inscrições para o I Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas, a realizar pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra de 1 a 3 de Abril de 1965, sob o patrocínio do Instituto de Alta Cultura, Fundação Calouste Gulbenkian e Universidade de Coimbra, é de 111, o que se pode considerar excelente, pois revela interesse pelos problemas que aí se vão debater. Note-se ainda que há representantes de bibliotecários dos Açores, Cabo Verde e Guiné. O número de teses já enviadas é também deveras animador. Eis algumas dessas teses que foram distribuídas com antecedência pelos participantes: Prof. Doutor Luís de Pina — «Bibliotecas universitárias: alguns propósitos da sua organização interna no Porto»; Eng. António Portocarero — «O bibliotecário nas bibliotecas das Faculdades»; Acácio Eduardo dos Santos — «Razões e fórmulas para a esquematização das regras de catalogação»; Dr. Egidio Guimarães — «Os arquivos e as bibliotecas particulares»; Dr.^a Vitória Domingues — «A organização e a importância dos catálogos colectivos (Nota para a sua difusão no plano local português)»; Dr.^a Mariana Amélia Machado Santos — «O bibliotecário-arquivista na legislação portuguesa»; Dr.^a Natália Nunes — «Anteprojecto da criação, em Portugal, de uma Escola Técnica de Documentalistas, e da reforma do actual Curso de Bibliotecário-Arquivista da Universidade de Coimbra»; Dr. Adelino de Almeida Calado — «Regras para a catalogação de manuscritos» e «As notas bibliográficas sobre o exemplar na catalogação de livros antigos»; Abílio da Costa Brochado — «Problemas da classificação dos livros»; «Breve apontamento das actividades do Centro de Documentação do Instituto de Investigação Médica de Moçambique».

Como se sabe, haverá quatro secções, cujos relatores serão:

1) Doutor António Cruz, director da Biblioteca Municipal do Porto e professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que tratará das regras de catalogação portuguesas;

2) Dr.^a Rosalina Lopes, bibliotecária da Biblioteca de Lisboa, que se ocupará dos catálogos colectivos. O seu relatório está assim repartido: Pressupostos de organização geral. Confrontos. Aspectos da experiência alemã. O catálogo colectivo português;

3) Dr. Jorge Peixoto, bibliotecário da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e incumbido de regência de Biblioteconomia do Curso de Bibliotecário-Arquivista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que versará o tema: «O bibliotecário-arquivista no quadro do pessoal técnico do Estado e da Administração-Geral», focando especialmente: Estruturas portuguesas: as mesmas desde há muitos anos; Necessidades futuras no campo das bibliotecas e arquivos; Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista — Necessidade de actualização; A situação económica do bibliotecário e arquivista, etc.;

4) Doutor Avelino de Jesus da Costa, director do Curso de Bibliotecário-Arquivista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e professor de Arquivologia e Paleografia do mesmo curso, que abordará o tema: «Princípios gerais da elaboração de instrumentos de trabalho em Arquivologia (Arquivos públicos e arquivos eclesiásticos)».

O Senhor Ministro da Educação Nacional, Professor Doutor Inocêncio Galvão Teles, virá presidir à sessão de abertura, na qual deverão falar vários oradores de Lisboa, Porto e Coimbra.

As sessões efectuar-se-ão no 3.^o piso do edifício da Faculdade de Letras, onde também estará patente a exposição do material técnico. Na Sala de S. Pedro da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra haverá uma exposição das encadernações mais notáveis que esta Biblioteca possui e o sr. Doutor Mário Brandão dirigirá uma visita às instalações do Arquivo da Universidade de Coimbra, de que é director.

Simpósio organizado pela A. I. D.

A Associação Internacional de Documentalistas (A. I. D.) está a organizar um simpósio internacional, cuja finalidade é reunir o trabalho realizado neste campo, especialmente pela UNESCO, F. I. D., I. S. O., e I. C. S. U., para que haja uma congregação de esforços e um maior interesse pelo documento, que constitui característica básica do mundo moderno.

Nesta ordem de ideias, a A. I. D. concede um prémio de 500 dólares (ao redor de 15 contos) ao autor do melhor estudo sobre o tema do simpósio: «Adaptação do documento ao seu fim». O assunto deverá ser tratado o mais exaustivamente possível, com soluções concretas e práticas. O prémio poderá ser dividido entre vários candidatos. O laureado será eleito, o mais tardar, até 15 de Junho de 1965, recebendo o prémio na reunião geral que encerrará o simpósio. Para facilitar a base da discussão foi elaborado um questionário.

Condições: o simpósio será feito principalmente por correspondência; está aberto a todos os que, de qualquer modo, estejam ligados à documentação: investigadores, jornalistas, editores, documentalistas, bibliotecários, publicistas, livreiros; terminará com uma reunião geral em Paris; a inscrição é grátis; o que se torna necessário é a devolução do questionário, depois de respondido;

a participação no simpósio pode ser feita: 1) respondendo ao questionário; 2) apresentando uma comunicação (de algumas linhas apenas ou de várias páginas) que trate do tema do simpósio ou de alguns dos seus aspectos particulares; 3) participando no trabalho de síntese para o relatório final.

O questionário e as comunicações devem ter sido enviadas ao *Secretariat de la A. I. D.* 22, rue de Grenelle, Paris-7^e, até ao dia 1 de Março de 1965. A reunião geral realizar-se-á em data ainda a marcar. As línguas oficiais são: a inglesa, a alemã, a francesa, a russa e a espanhola.

Curso sobre Normalização da Documentação

De 5 de Novembro a 28 de Dezembro de 1964 realizou-se, como organização do Centro de Documentação Científica Ultramarina, um Curso sobre Normalização da Documentação.

Idealizado pelo Dr. Zeferino Ferreira Paulo, director do CDCU, foi ele o seu principal prelector, embora tivesse pedido a colaboração de cinco prelectores que versaram matéria mais específica. O curso constou de aulas teóricas (20 sessões) e de seis aulas práticas, realizadas no Edifício do Ministério do Ultramar, havendo, complementarmente, cinco visitas de estudo. O número de participantes inscritos foi de 90, e em média assistiram cerca de 50. A cada um dos participantes era entregue, no início das sessões, documentação vária: sumário desenvolvido das matérias a versar, folhas informativas, bibliografia classificada, num total de 357 p., e outros documentos tais como: *Catálogo das normas portuguesas*, *Código da boa prática em matéria de publicações* (tradução de um documento da UNESCO), etc.

Depois de uma parte introdutória em que foram definidos conceitos basilares em normalização e se deu um conspecto geral do funcionamento dos organismos internacionais e nacionais que se dedicam exclusivamente ou em parte a estes problemas, entrou o prelector, Dr. Zeferino F. Paulo, na análise das Normas Portuguesas agrupando-as previamente, quanto ao tema de aplicação. Estudaram-se, ao nível português (não deixando de se ter em conta o caso brasileiro, com especial relevo o momentoso problema da língua portuguesa, e a solução que outros países e os organismos internacionais deram aos problemas), com particular interesse aquelas que se referem a fichas e seu preenchimento; numeração progressiva das sessões de um documento; publicações periódicas e sua apresentação; microcópias.

Sessões complementares houve as seguintes: a de Fernando Garcia sobre *Relações públicas e organização do trabalho intelectual*; do Dr. Moura Pires sobre *Estatística e Normalização*; do Dr. Cardoso Santos sobre *Unificação internacional da nomenclatura biológica*; e a de Jaime Caseiro sobre *O sistema CDU como norma*.

Realizaram-se ainda visitas de estudo ao *Centro de Cálculo Científico da Fundação Gulbenkian*, *Laboratório Nacional de Engenharia Civil*, *IBM* e *Centro de Documentação Científica Ultramarina*.

Se para uns, os menos iniciados, o Curso abriu perspectivas novas, e no seu espírito ficou bem gravada a actualidade dos problemas da normalização da documentação, pois ela é por um lado «um factor fundamental do progresso científico e técnico especialmente nos países em desenvolvimento» e por outro

um dos possíveis «moderadores da *paper explosion*, actuando nas diversas fases de produção, apresentação, exploração, análise, conservação, tradução, restituição, reprodução e conservação dos documentos», para outros, já mais habituados a lidar com estes problemas, foi certamente uma ocasião de pôr maior urgência em questões de certo modo vitais para a Ciência da Informação.

A presença de bibliotecários neste Curso é um bom sinal, sinal de que também neste sector os problemas da normalização da documentação se puseram ao nível português.

ISABEL VILARES CEPEDA

Trabalhos de catalogação na Faculdade de Letras de Coimbra

Em Novembro e Março passados, respectivamente, foram iniciados os trabalhos de organização e catalogação de duas bibliotecas integradas na Faculdade de Letras de Coimbra: a Sala Dr. Jorge de Faria e o Instituto de Cartografia Antiga. Para além dos factos em si próprios, sempre dignos do nosso maior interesse, há que registar o exemplo que ambos encerram: é que toda a parte técnica do trabalho foi inteiramente confiada a bibliotecários-arquivistas da Biblioteca Geral e da Faculdade de Letras. Isto representa um passo de extraordinário significado, na medida em que testemunha uma consciência de que só os bibliotecários-arquivistas estão especialmente preparados para executar tarefas específicas que nenhum especialista de outra matéria poderá realizar.

A atitude dos Professores responsáveis pelas duas bibliotecas referidas insere-se, pois, numa orientação totalmente ignorada uns anos atrás, quando se mantinha generalizada a ideia de que o bibliotecário não desempenhava qualquer função relevante e se pensava que os serviços técnicos da profissão podiam ser realizados a contento por qualquer amador.

Apraz-nos notar que também houve uma preocupação de justiça no estabelecimento dos honorários. Foi ultrapassada a equivalência aos vencimentos oficiais dos bibliotecários-arquivistas, uma vez que aqueles estão longe de corresponder à categoria de pessoal técnico superior e à qualificação das funções destes.

«Centro do Livro Brasileiro», em Lisboa

No passado mês de Novembro abriu em Lisboa, na rua Rodrigues Sampaio, 30-B, uma nova livraria — *Centro do Livro Brasileiro* —, «onde se concentram, em instalação moderna, milhares de títulos da produção bibliográfica do Brasil, dispostos de forma original de maneira a dar uma visão do movimento editorial brasileiro. De momento é o *Centro* o único estabelecimento do seu género em que se oferecem ao público português apenas livros impressos no Brasil, originais brasileiros ou traduções, e obras técnicas, além de uma secção de livros infantis», em melhores condições que aquelas a que nos habituáramos.

Nesta iniciativa de carácter não oficial, mas com o patrocínio da Embaixada do Brasil, temos um belo exemplo que os editores portugueses poderiam seguir, abrindo no Rio de Janeiro (ou em S. Paulo) um Centro do Livro Portu-

guês. Se uma biblioteca nos moldes propostos, e muito bem, pelo bibliotecário J. A. Mota de Sousa no último n.º dos *Cadernos* (1) tem o seu papel indispensável a cumprir, teríamos aqui uma outra maneira de fazer interessar o público brasileiro na leitura de livros portugueses, asseguradas que fossem condições vantajosas a este empreendimento.

ISABEL VILARES CEPEDA

O caso do Instituto do Café de Angola

Como na devida altura informámos (nossa Informação n.º 158), em 3 de Dezembro de 1964 foi aberto concurso para o lugar de bibliotecário do quadro do pessoal técnico e de investigação do Instituto do Café de Angola, para o qual se exigia aos candidatos apenas o curso complementar dos liceus ou equivalente

Um grupo de bibliotecários de Coimbra dirigiu ao Senhor Ministro da Educação Nacional um telegrama pedindo a atenção de Sua Ex.^a para o facto, insistindo, mais uma vez, na necessidade duma reforma da legislação, de modo a não permitir situações destas e a defender os diplomados com o Curso de Bibliotecário-Arquivista.

Em resposta, o Dr. César Pegado, Bibliotecário-Chefe da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, recebeu do Director-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes o ofício que passamos a transcrever:

«Em referência ao telegrama dirigido a Sua Ex.^a o Ministro, transcrevo o seguinte ofício do Sr. Director-Geral de Administração Política e Civil (Ministério do Ultramar):

«... tenho de informar Vossa Excelência, em cumprimento de despacho de 8 de Janeiro corrente, de Sua Excelência o Ministro do Ultramar, de que as habilitações literárias exigidas para admissão ao concurso para o lugar de Bibliotecário do Instituto do Café de Angola, conforme aviso inserto no *Diário do Governo* n.º 283, 2.^a série, de 3 de Dezembro último, estão de harmonia com o disposto no artigo 36.º do Regulamento aprovado pela Portaria Provincial n.º 13 112, de 1 de Fevereiro de 1964, publicada no *Boletim Oficial de Angola* n.º 5, 1.^a série, da mesma data.»

A bem da Nação

Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, em 2 de Fevereiro de 1965.

O DIRECTOR-GERAL,
João de Almeida

Lamentamos que o facto tenha esta justificação legal, mas agradecemos ao Senhor Ministro a diligência que mandou fazer, e ao Sr. Dr. João de Almeida, duma maneira especial, a atenção da sua resposta.

(1) Cad. Bibl. Arq. Doc. 2 (1): 48/49.

O livro ao serviço da Educação Popular

Subordinada a este título esteve patente, em Dezembro de 1964, numa das salas do SNI, uma exposição que veio trazer ao conhecimento do grande público a acção exercida pelo Ministério da Educação Nacional, através da Direcção-Geral do Ensino Primário, em prol da educação popular que se realiza por meio das bibliotecas esclares rurais, das bibliotecas circulantes e da edição e difusão dos livros da Colecção Educativa.

A Exposição encontrava-se, pois, dividida em três sectores, devidamente comentados, através de montagens fotográficas e do próprio material a que se referiam.

I — O serviço das *bibliotecas escolares rurais* foi criado em 1947 e ficou na dependência do S. E. L. (Serviço de Escolha de Livros) da Direcção-Geral do Ensino Primário. Começou a funcionar em 1954, com a instalação de 600 bibliotecas em escolas de diversas áreas rurais, com o fim de fazer chegar aos pontos mais remotos de Portugal o benefício de uma biblioteca seleccionada e de carácter educativo. Contam-se hoje perto de 3 000 bibliotecas instaladas, com 170 a 200 volumes cada. O S. E. L., além de seleccionar e organizar estas bibliotecas, tem como missão estimular, e intervir mesmo, na edição de livros, tais como *Menina do Mar*, *Noite de Natal*, *A Fada Oriana* de Sofia de Melo Breyner Andresen, *Contos Infantis* de Ester de Lemos, *Mensagem* de Fernando Pessoa, etc.;

II — *Bibliotecas circulantes*. — Acondicionadas em pequenas malas portáteis, «destinam-se a ser utilizadas por entidades, associações, organismos ou estabelecimentos, oficiais ou particulares, que desejam proporcionar aos seus membros ou componentes, leitura educativa e recreativa, e que não têm possibilidade de possuir uma biblioteca privativa sua. As bibliotecas circulantes... enviam-se quer a pedido dos interessados quer por sugestão do S. E. L. Para satisfazer a diferentes graus de cultura, de interesses ou de instituições, criaram-se cinco tipos de bibliotecas (A, B, C, D e AB), sendo o tipo AB uma síntese dos anteriores. São enviadas por prazos combinados, em geral de três meses prorrogáveis. Entre outros têm recebido estes tipos de bibliotecas asilos, hospitais, Casas do Povo, sindicatos, quartéis, institutos prisionais, reformatórios, etc.»;

III — *Colecção Educativa*. — Esta colecção que pelo seu aspecto agradável, pelo preço e variedade de assuntos se torna acessível à maioria da população e que conta, entre os seus autores, alguns dos grandes nomes da literatura portuguesa, atinge já 80 espécies. A Colecção Educativa está largamente difundida quer em Portugal, com mais de 8 000 colecções distribuídas (estabelecimentos de ensino, prisionais, albergues, grupos recreativos e desportivos, salões parioquiais, Casas do Povo e dos Pescadores, etc.) quer no estrangeiro, entre as comunidades de portugueses.

Pena é que estes serviços não sejam mais conhecidos do público para quem foram pensados e muito particularmente daqueles que pelo seu cargo ou posição se deveriam interessar pelas iniciativas do S. E. L., quer solicitando algum dos meios postos à disposição, quer procurando que esses meios fossem aproveitados de forma inteligente para bem da melhoria cultural do povo português. O bibliotecário, com a sua formação específica, teria, por seu lado, um papel muito próprio a desempenhar na organização de tais serviços, orientando, procurando soluções para uma melhoria de resultados.

ISABEL VILARES CEPEDA

Actividades da Biblioteca Municipal de Elvas

Na linha de rumo das suas melhores tradições intelectuais, a Biblioteca Municipal de Elvas, dirigida pelo infatigável estudioso da história elvense Eurico Gama, continua realizando periódicamente as sessões do seu 2.º Ciclo Cultural. Nas mesmas costumam colaborar individualidades de relevo nos meios literários não só do nosso país, mas também da vizinha Espanha, as quais recorrem frequentemente, para ilustrar as suas palavras, a projecções de diapositivos e filmes, a gravações e recitativos, estes normalmente a cargo de alunos dos colégios ou da escola técnica.

A Biblioteca Municipal de Elvas e quem a dirige têm, portanto, a consciência do que representa, para a localidade que serve, esta iniciativa: com ela se caminha para uma concepção da biblioteca como centro cívico da comunidade, o que significa que uma biblioteca municipal portuguesa, sem por isso possuir recursos superiores às outras, dá o exemplo do que deve ser o papel a desempenhar no mundo de hoje por estes instrumentos de cultura.

A mais recente de tais sessões foi a conferência efectuada no passado dia 20 de Fevereiro pelo próprio director da Biblioteca sob o título: «A vida quotidiana em Elvas durante o cerco e a batalha das Linhas de Elvas», com a colaboração de alunos da escola técnica em diálogos e declamações.

Oportunamente nos referiremos ao relatório anual apresentado pelo Director da Biblioteca à Câmara Municipal.

A expansão de «Cadernos»

«Cadernos» têm registado recentemente uma aceitação cada vez maior junto de diversas bibliotecas de carácter especializado, facto que nos é grato verificar por ser uma prova de que todos sentem a necessidade de um diálogo e de um apoio mútuo que só servirá os interesses da cultura portuguesa. Desta forma, às Bibliotecas que já contávamos entre os nossos assinantes — Centro de Documentação Científica, Centro de Documentação Científica Ultramarina, Biblioteca Central da Marinha, Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos e Centro de Estudos Históricos Ultramarinos — juntaram-se agora as seguintes: Biblioteca da Faculdade de Engenharia do Porto, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo e Instituto de Investigação Médica de Moçambique.

O movimento de sócios e assinantes em 1964 cifra-se nos seguintes números:

Sócios			
a) Existentes em 31-12-1963	73		
b) Admitidos em 1964	19	92	
c) Anulados em 1964.		2	90
Assinantes			
d) Existentes em 31-12-1963	6		
e) Admitidos em 1964	12	18	
f) Anulados em 1964		2	16
Total			106

Movimento financeiro de «Cadernos»

Conta do exercício de 1964

RECEITA		DESPESA	
Cotas	7 190\$00	Administração	51\$50
Assinaturas	926\$00	Publicações	5 773\$80
Subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian	3 700\$00	Expediente	1 386\$30
Venda de separatas	100\$00	Diversos	506\$40
Saldo do ano anterior	618\$90	Saldo para 1965	4 816\$90
	<u>12 534\$90</u>		<u>12 534\$90</u>

Exercício do mês de Janeiro de 1965

RECEITA		DESPESA	
Cotas	1 190\$00	Publicações	5 500\$00
Assinaturas	80\$00	Expediente	73\$30
Saldo do exercício de 1964	4 816\$90	Diversos	15\$80
Saldo negativo em 31 de Janeiro de 1965	4 327\$90	Dívida à Coimbra Editora	4 825\$70
	<u>10 414\$80</u>		<u>10 414\$80</u>

NOTÍCIAS VÁRIAS

● Depois da Reunião do Porto, onde, entre outros, se abordaram problemas que no momento actual se vêm tornando mais prementes para *Cadernos*, e conforme sugestão do colega Doutor António Cruz, têm chegado até nós várias adesões para um aumento voluntário de cotas. Uns colegas têm-no feito pelo aumento da sua contribuição mensal, outros pelo pagamento extra de uma assinatura de *Cadernos*.

● A CEGOC — Centro de Estudos de Gestão e Organização Científica — iniciativa da Associação Comercial de Lisboa, promoveu, de 23 a 27 de Novembro do ano passado, o 3.º estágio destinado a dar informações a respeito da mecanografia. Os trabalhos do mesmo foram dirigidos pelo Eng. B. de Kergariou, especialista em assuntos de Mecanografia e Electrónica da CEGOC, França, e versa-

ram sobre «Os cartões perfurados e suas utilizações», com o seguinte sumário: Como trabalham as máquinas de cartões perfurados. Suas possibilidades e seus limites. Escolha das aplicações a mecanizar. Estudo duma organização por cartões perfurados. Determinação do custo dos trabalhos mecanográficos. Supervisão dum serviço mecanográfico.

● A Biblioteca Nacional de Lisboa foi autorizada, a título excepcional, por despacho do Subsecretário do Orçamento, a adquirir fardamentos de uso para o seu pessoal menor. (*Diário do Governo*, I Série, n.º 284, 1964-Dezembro-4).

● A Redacção de *Cadernos* dirigiu, em 14 de Dezembro de 1964, ofícios aos Senhores Presidentes da Comissão do Livro da Academia das Ciências de Lisboa e da Sociedade Portuguesa de Escritores, congratulando-se com as suas actividades de carácter bibliográfico, nomeadamente com a campanha em prol da introdução do livro português no Brasil. Na convicção de que o papel dos Bibliotecários e Arquivistas é da maior relevância na actual conjuntura do livro português, não deixou também *Cadernos* de fazer sentir que aos mesmos pertence dizer uma palavra em tarefas de tanta monta, especialmente quando se tratar de estudos bibliográficos, nos quais a Academia das Ciências já possui uma longa tradição.

● A imprensa diária dos dias 17 e 18 do passado mês de Dezembro fez desenhada referência à exposição sobre o livro ao serviço da educação popular, inaugurada numa das salas do Palácio Foz, em Lisboa, e promovida pela Direcção-Geral do Ensino Primário. A mesma incluía elementos sobre as bibliotecas escolares rurais e as bibliotecas circulantes, assim como exemplares de livros publicados na «Colecção Educativa».

● A Portaria n.º 20 993 abriu um crédito destinado a reforçar verbas da tabela de despesa do orçamento privativo do Núcleo de Documentação Técnica do Ministério do Ultramar para o corrente ano. (*Diário do Governo*, I Série, n.º 298, 1964-Dezembro-22).

● O Dr. António Cruz foi nomeado para o exercício das funções, em comissão de serviço, de encarregado de curso do 4.º grupo (História) da 2.ª secção (Ciências Histórico-Filosóficas) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 3, 1965-Janeiro-5).

● O Centro de Aperfeiçoamento Profissional do Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório do Distrito de Lisboa, Avenida Duque de Loulé, n.º 83-3.º, Lisboa, promove um «Curso de Arquivologia» destinado aos seus sócios, encontrando-se abertas as respectivas inscrições e prevendo-se que o mesmo funcionará até ao fim de Julho do ano corrente.

● Juntamente com o Doutor Salvador Dias Arnaut, recebeu as suas insígnias doutorais no passado dia 24 de Janeiro o Doutor Avelino de Jesus da Costa, professor da Faculdade de Letras de Coimbra e director do Curso de Bibliote-

cário-Arquivista, onde também rege as cadeiras de Paleografia e Arquivologia. Ambos os doutorados quiseram ter para com os bibliotecários-arquivistas da Universidade de Coimbra a gentileza de um convite pessoal para todas as cerimónias, tendo-se estas revestido de um carácter magnificante, de acordo com as melhores tradições académicas.

● O Sr. Dr. António Cartaxo da Fonseca, bibliófilo distinto muito conhecido em todas as livrarias de Lisboa e, em particular nas livrarias-antiquárias, possuidor de uma livraria de milhares de exemplares, alguns dos quais autênticas raridades literárias, todos reunidos na sua casa de Tomar, decidiu oferecer todo aquele valioso conjunto literário à Biblioteca Pública dessa cidade.

Verificada a doação, os livros deram entrada na Biblioteca Municipal em 15 de Novembro último.

Não querendo o doador ser distinguido com qualquer homenagem que recordasse a sua oferta, o Município tomarense resolveu dar a uma das principais salas do estabelecimento cultural, onde se guardam os livros, o nome de «Sala Lourenço da Fonseca», em memória do pai do ilustre cidadão de Tomar.

● No passado dia 11 de Fevereiro, pelas 18 horas, o bibliotecário Dr. Jorge Peixoto proferiu na Embaixada dos Estados Unidos, em Lisboa, uma palestra sobre a sua recente visita às bibliotecas daquele país.

● Autorizado o pagamento de remunerações ao pessoal incumbido do serviço de leitura complementar, diurna e nocturna, na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, de harmonia com a seguinte tabela (por hora):

Segundo-bibliotecário, 20\$00; Aspirante, 9\$70; Contínuo de 1.^a classe, 7\$70; Contínuo de 2.^a classe, 7\$20; Pessoal assalariado, um oitavo do salário actualizado (*Diário do Governo*, II Série, n.º 33, 1965-Fevereiro-9).

● Aprovado o contrato celebrado entre a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o arquitecto Raul Lino para, ao abrigo do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 36 818, de 5 de Abril de 1948, proceder aos estudos relativos à integração de mobiliário e quadros antigos existentes no actual edifício da Biblioteca Nacional, a fim de serem utilizados no novo edifício. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 34, 1965-Fevereiro-10).

● LUGARES QUE FORAM POSTOS A CONCURSO

Encontrando-se vago um lugar de terceiro-bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa, é avisado o pessoal das bibliotecas e arquivos, técnica e administrativamente dependente da Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos, que deseje usar do direito de transferência, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 23 096, de 7 de Outubro de 1933, da Portaria n.º 8284, de 22 de Novembro de 1935, e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 33 888, de 25 de Agosto de 1944, de

que pode requerer, no prazo de 30 dias, contados da data da presente publicação, perante a secretaria da referida Inspeção Superior, provimento naquele lugar.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 2, 1965-Janeiro-4)

No Ministério do Ultramar, 1.ª Repartição da Direcção-Geral de Administração Política e Civil, e nas direcções e repartições dos serviços de educação das províncias ultramarinas está aberto concurso documental, nos termos do artigo 5.º do Decreto n.º 42 030, de 18 de Dezembro de 1958, pelo prazo de 30 dias, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário do Governo* e no *Boletim Oficial*, para o provimento do cargo de director do Arquivo Histórico de Moçambique.

Para serem admitidos ao concurso os candidatos devem apresentar nas repartições indicadas os seguintes documentos: a) Requerimento, dirigido a Sua Ex.^a o Ministro do Ultramar, pedindo admissão ao concurso e no qual, além do nome, idade, estado, filiação, naturalidade e residência, devem ser mencionados os restantes documentos entregues; b) Certidão do nascimento que prove ter mais de 21 e menos de 35 anos de idade, salvo, quanto ao limite máximo, se estiver provido em lugar público de que transite sem interrupção; c) Carta do curso de Ciências Históricas ou de curso equivalente com a especialização de bibliotecário-arquivista, sua pública-forma ou fotocópia, sendo indispensável comprovar a nota final do mesmo curso; d) Documento comprovativo de ter cumprido as leis do recrutamento militar; e) Documento comprovativo de possuir capacidade profissional, nos termos do artigo 12.º, § 5.º, do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino; f) Declaração referida no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 27 003, de 14 de Setembro de 1936; g) Declaração referida no artigo 3.º da Lei n.º 1901, de 21 de Maio de 1935.

Além dos documentos exigidos, podem os concorrentes juntar quaisquer outros que entendam de interesse para apreciação das suas candidaturas, como sejam os comprovativos de outras habilitações científicas, literárias ou profissionais, atestados ou informações sobre desempenho de serviços públicos, etc.

Os requerimentos e mais documentos apresentados pelos candidatos deverão ter as assinaturas reconhecidas por notário ou autenticadas com o selo branco das repartições oficiais que os emitirem.

Vencimento-base 78.000\$00; Vencimento complementar 30.000\$00; Diuturnidade 10.080\$00 (Segundo o Orçamento Geral para o ano económico de 1964 da Província de Moçambique).

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 2, 1965-Janeiro-4)

Perante o Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos e nos termos do artigo 1.º do Decreto com força de lei n.º 20 469, de 3 de Novembro de 1931, do § 1.º do artigo 6.º do Decreto com força de lei n.º 22 014, de 21 de Dezembro de 1932, e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 33 888, de 25 de Agosto de 1944, é aberto concurso documental entre os diplomados com o curso de bibliotecário-arquivista, pelo prazo de 30 dias, contados desde o dia imediato ao da publicação do presente aviso no *Diário do Governo*, para o provimento de um lugar

de terceiro-bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa, devendo os candidatos instruir os seus requerimentos, que serão entregues na secretaria da Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, com os seguintes documentos...

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 30, 1965-Fevereiro-5)

● *MOVIMENTO BIBLIOTECÁRIO*

Licenciada Isabel Maria Vilares Teixeira Cepeda — nomeada para desempenhar provisoriamente as funções de terceiro-bibliotecário da Academia Nacional de Belas-Artes, enquanto a titular do lugar, licenciada Maria de Lourdes Fonseca David, se encontrar impedida no exercício das funções de segundo-conservador da Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 302, 1964-Dezembro-28).

Licenciada Maria da Adoração de Castro Monteiro — nomeada, nos termos do disposto no artigo 31.º da Lei de 14 de Junho de 1913, para exercer as funções de segundo-bibliotecário da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, enquanto durar o impedimento do titular do lugar.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 305, 1964-Dezembro-31).

Licenciada Rosalina da Conceição Pereira Lopes, terceiro-bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa — exonerada, a seu pedido, do respectivo lugar, por ter sido provida noutra cargo.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 15, 1965-Janeiro-19).